

Argentina e Chile - Memórias em disputa e perspectivas de democracia

Ricardo Antonio Souza Mendes ¹

Resumo

Vários autores assinalam que a América Latina se caracteriza na atualidade por uma disputa entre distintas concepções de democracia. De um lado se observaria presença de uma proposta que pensa a democracia enquanto um instrumento efetivo para o estabelecimento da igualdade social, denominado por democrático participativo. De outro, um projeto calcado na idéia de democracia caracterizada basicamente pela presença de instituições que garantissem os aspectos formais e institucionais do sistema. Ainda que não com o mesmo grau de apoio que o existente nas décadas anteriores, observa-se a existência também de um projeto autoritário. Neste debate, a memória sobre os regimes civil-militares exerce um papel fundamental posto que pode colaborar para estimular ou deter a retomada das discussões efetivadas às vésperas da implementação governos autoritários nas décadas de 1960 e 1970 que estão em íntima relação com o tipo de democracia pretendida. Segundo alguns autores ainda, fundações como a Ford e a Fundação Rockefeller estariam diretamente interessadas neste processo, buscando uma interferência na proliferação de um destes projetos.

Abstract

Many authors point out that Latin American is currently facing a dispute between different conceptions of democracy. On one side, some believe that democracy is an instrument to effectively establish participative social equity. On the other side, others believe that democracy should be based on institutions that can characterize the social and institutional aspects of the system. Besides these two thoughts, it is still observed – from a different perspective of the one we had decades ago - a rather authoritarian view of democracy. In this debate, an

understanding of the civil-military regimes plays an important role because it can generate – and bring about – discussions about the implementation of the authoritarian regimes of the 1960s and the 1970s which have an intrinsic relation to the concept of democracy we discuss here. Yet, according to some authors, foundations such as the Ford and the Rockefeller would be interested in this process seeking to interfere in the proliferation of one of these conceptions.

Os projetos de democracia

O problema atual dos regimes pós-autoritários não se restringe somente à permanência maior ou menor deste poder militar, embora este não seja uma questão menos importante. Outros aspectos de igual relevância encontram-se no âmbito do econômico e da cidadania social. Todos estes fatores estão relacionados diretamente com o tipo de democracia que se pretende estabelecer e consolidar. Esta forma de organização política adquiriu um consenso significativo em fins dos anos 1970, quando uma parcela expressiva dos segmentos das esquerdas aderiu aos princípios democráticos, afastando-se de uma concepção na qual o regime democrático apresentava-se tão somente como um instrumento da dominação burguesa. O processo não se desenvolveu sem dificuldades segundo afirma Maria Paula de Araújo, que analisa os casos do Chile e do Brasil, mas colaborou para a formação de frentes que visavam a superação do autoritarismo, inimigo comum do momento. Estas frentes também contavam com o apoio de setores que anteriormente haviam conferido legitimidade aos golpes perpetrados contra governos constitucionalmente eleitos.² Este processo desenvolveu-se em boa parte da América Latina, mas principalmente no Cone Sul. Como assinalam Dagnino, Olvera e Panfichi:

“A adesão à democracia como princípio articulador de seu projeto [das esquerdas], que implicou o abandono da luta armada como estratégia de conquista de poder, caracterizou um setor majoritário da esquerda no continente, como no caso do Brasil desde o final dos anos 1970, do Peru no início dos anos 1980, no México desde final dos anos de 1980, no Chile ao longo da mesma década”.³

Outro autor que apresenta a existência de um profundo revisionismo por parte das esquerdas, desta feita no Brasil, é Teixeira da Silva. Assinala este que, no caso

brasileiro, o revisionismo apresentou-se desde meados de 1970. Os principais fatores a colaborar para isso, segundo indica, foram a crise dos experimentos militarizados da guerrilha urbana e rural e a compreensão do espaço político como uma opção de fato para a mudança.⁴ Da mesma forma, dentre segmentos das esquerdas argentinas observa-se o desenvolvimento de uma postura autocrítica na mesma direção:

“Um paso importante en ese sentido fue la realización del VI Congreso que tuvo lugar en el exílio, em el norte de Itália, em 1979. Dicho congreso hizo girar su evaluación crítica retrospectiva em torno a la revalorización del concepto de revolución democrática, e identifico las raíces del sectarismo y la absolutización de la lucha armada”.⁵

Diferentes projetos políticos de construção democrática foram colocados em pauta neste momento. Alguns trabalhos assinalam a existência de basicamente três visões de construção democrática. O contexto presente desde a década de 1980 e em princípios do século XXI estaria marcado por um confronto em grande medida polarizado por duas destas propostas: o projeto de uma democracia formal de caráter neoliberal e o projeto democrático participativo.

A primeira proposta é assinalada por uma preocupação excessiva com os formalismos democráticos. É denominada como “democracia minimalista”, “neoliberal” ou mesmo “democracia formalista”. A existência de um conjunto de estruturas institucionais que garantissem o funcionamento do sistema democrático demarcaria a tônica do projeto. Este, estaria influenciado por “concepções schumpeterianas (...) que reduzem a democracia a uma questão de método, dissociado completamente dos fins, valores e interesses que animam a luta dos atores coletivos”.⁶ As preocupações fundamentais seriam direcionárias para os aspectos formais do sistema democrático, com centralidade conferida a um conjunto de mecanismos de caráter institucional ou a um “mero exercício de representação política”, marcado pela existência de eleições periódicas, a afirmação do “império da liberdade”, do “império da lei” e o pluripartidarismo. Na medida em que este projeto não apresenta maiores questionamentos quanto à cidadania social e econômica, fundamental para a existência de uma efetiva democracia, os adeptos do neo-liberalismo acabaram por se aproximar desta proposta. Em função disto, este também é denominado por projeto neoliberal.⁷

De outro lado, e polarizando o debate com a concepção acima, um outro conjunto de idéias que assume destaque neste momento é denominado como projeto

democrático-participativo. A idéia de democracia encontra-se aqui associada à noção de “compartilhamento do poder decisório do Estado”⁸ onde a participação da sociedade civil seria fundamental para assegurar a afirmação de uma “noção de política ampliada”. Esta proposta vincula-se a uma perspectiva de cidadania numa sociedade “ordenada por relações presididas por matrizes culturais mais igualitárias”⁹, aproximando-se do que Borón qualifica como sendo uma concepção “clássica” de democracia, uma vez que se apresentaria tanto como “um método de governo quanto uma condição da sociedade civil”.¹⁰ Se, por um lado, nesta perspectiva observa-se uma preocupação por “um conjunto de regras certas do jogo” que permita a institucionalização do processo democrático, de outro, e com um peso equivalente a esta primeira questão, também estaria presente uma busca pelo fortalecimento dos níveis de representação e de participação da sociedade na vida política.

Por último, acompanhando ao largo a polarização acima indicada, observa-se o projeto autoritário. Este, não estaria no centro das atenções, mas se colocaria como uma alternativa a “assombrar” as duas principais propostas acima descritas. Como traço fundamental pode ser assinalado que o projeto autoritário se fundaria na limitação de boa parte dos fatores elementares para o funcionamento das instituições democráticas. O Estado apresentar-se-ia centralizado, forte e com traços personalistas, não reconhecendo o espaço da sociedade civil ou, minimamente, relacionando-se verticalmente com esta através de práticas como o clientelismo, a cooptação e a violência. Ao Estado reservar-se-ia tanto a concessão seletiva dos direitos sociais quanto a distribuição seletiva de renda. O princípio da cidadania e os direitos políticos estariam limitados. Embora essa proposta não esteja presente com a mesma força que se observou ao longo das décadas de 1960 e 1970, muitos são os que consideram que o apoio à mesma não seja residual. Zermeño, por exemplo, assinala que a existência de um quadro de anomia marcado pela dissolução da coesão social poderia colaborar para isso:

“Ante el estancamiento económico y la ausencia de movilizaciones organizadas prevalecen las formas de integración anómica, el retraimiento en el individuo o en el pequeño grupo, situación tan fácil y acriticamente integrable a cualquier ‘causa’ gracias a su fascinación por el liderazgo o bien, puede desatar-se, en el otro extremo y con los mismos actores, la violenta incontrolable y el debordamiento espontaneo”.¹¹

Mobilizações esporádicas e fragmetárias de violência colaborariam, por sua vez, para provocar uma crescente perda de legitimidade do sistema político democrático, pelo qual parcela da sociedade estaria a manifestar pouco apreço. Tal como Zermeño, Ludmila Okyleva entende que a miséria extrema, o aprofundamento da desintegração social e a instabilidade política são elementos colaboradores para as alternativas autoritárias.¹² A autora, inclusive, apresenta o resultado de uma pesquisa na qual mais da metade da população latino-americana não acredita na democracia como instrumento para resolução dos problemas mais prementes. Dagnino, por sua vez, indica que em 2003 mais da metade da população latino-americana estaria disposta a soluções autoritárias se o seu problema econômico fosse resolvido. Tanto Okyleva quanto Dagnino, portanto, apresentam análises que colaboram para uma preocupação quanto ao destino do sistema democrático.

Sobre as tentativas de consolidação do projeto de democracia minimalista

Segundo Nicolas Guilhot, a consolidação do projeto de democracia denominado ora por “democracia formal”, ora “democracia minimalista” ou mesmo simplesmente de projeto neoliberal, contaria com uma poderosa colaboração. Em artigo publicado em 2003, o autor assinala que existiria nos Estados Unidos, de longa data, uma articulação entre as facções conservadoras - que então controlavam o governo norte-americano -, e ativistas internacionais. Escondendo-se atrás de uma “imagem pública de desinteresse”, estes colaborariam para a “exportação de modelos institucionais” associados com esta perspectiva. Guilhot cita ainda que o centro destas mobilizações se encontraria no Fundo Nacional para a Democracia (NED), organizado em 1983 ao longo do Governo Reagan. O NED teria, pretensamente, a função de “financiar as forças democráticas no exterior” mas, “inscreve-se, de fato, na continuidade das operações políticas da CIA”.¹³ Suas verbas seriam aprovadas diretamente pelo Congresso dos Estados Unidos, com seu caráter político camuflado por ser uma instituição de origem privada e “facilmente ser descrita como uma ONG”.¹⁴

Guilhot assinala ainda que a estrutura do NED incluiria uma ampla rede de associações não somente à direita do espectro político mas também no outro extremo, tal como a Young People Socialist League (YPSL). Estes, a partir da formação de uma elite política civil conservadora com origem nos antigos militantes de esquerda dos

Estados Unidos, estruturada num capital fundado pelo “mérito escolar e a competência”, opuseram-se a uma esquerda norte-americana marcada pelo radicalismo.

O caráter científico destes profissionais teria sido obtido através de uma abertura às comunidades acadêmicas. Um exemplo disto, segundo Guilhot, são os profissionais do *Latin American Studies*, cientistas políticos sulamericanos “que estiveram em contato com as lutas antiautoritárias” e contra o imperialismo, e que acabaram “por emprestar sua caução científica e política”.¹⁵ Para o autor, várias pessoas envolvidas no confronto com a ditadura, tais como Guillermo O’Donnell e Phillipe Schmitter, dentre outros, teriam sido cooptados por agências de fomento à pesquisa que possibilitaram a continuidade de seus trabalhos diante da interrupção provocada pelo estabelecimento de regimes autoritários e da perseguição que passaram a sofrer neste momento.

Fundações como a Ford e a Fundação Rockefeller forneceriam os recursos necessários para obter a proliferação de um discurso único que visaria “formar quadros competentes, os *able young Scholars*, segundo os termos da Fundação Ford, capazes de esclarecer as escolhas estratégicas em matéria de política estrangeira e de gerar os programas de cooperação internacional” visando, antes de tudo, “antecipar os riscos de instabilidade ligados à modernização capitalista que os Estados Unidos exportam”.¹⁶ Existiria, neste sentido, uma política exterior norte-americana calcada no financiamento e no estabelecimento de mecanismos de interação que viabilizariam a exportação do modelo “gradualista e reformista da mudança social”, bem como a despolitização dos debates científicos. Complementando ainda esta estrutura, estariam o Social Science Research Council que dirige o Comitê de Políticas Comparadas e cuja função seria o de coordenação da produção teórica efetivada a partir destes financiamentos.

Memória e Projetos Políticos

Na constituição destes projetos políticos em embate – o autoritário, o da democracia formalista-minimalista e o da visão democrático-participativa -, os processos de elaboração de memórias sobre os governos autoritários das décadas de 1960 e 1970 apresentam importância central. A existência de uma “memória adequada”, ou como diria Michael Pollack, de uma “memória enquadrada”¹⁷ aos interesses de determinados grupos, colabora para a afirmação de uma pretensa estabilização política ou, minimamente, acentua o afastamento dos riscos para a afirmação do discurso único citado por Guilhot. Desta forma, “esquecer” pode significar a melhor estratégia para

aqueles que procuram estabelecer uma democracia com estruturas ainda herdadas do sistema político anterior e com um alto grau de autoritarismo. De outro lado, recordar, no extremo, pode significar a recuperação de projetos políticos que busquem viabilizar a resolução de problemas que avancem mais do que somente no que diz respeito aos aspectos formais. Ainda que submetidos a uma estrutura democrática,

Neste sentido, as afirmações de Guilhot são interessantes de serem discutidas aqui principalmente num momento em que as mesmas organizações indicadas por este autor – a Fundação Ford, a Fundação Rockefeller bem como o Social Science Research Council –, despejam recursos significativos no desenvolvimento de pesquisas, congressos e obras que abordam a memória sobre os regimes autoritários. Apresento aqui algumas obras que estariam imbricadas diretamente nestes sistemas de financiamento e que discutem tanto a memória dentro de uma perspectiva teórica quanto os elementos efetivamente relacionados ao desenvolvimento e propagação de memórias daqueles que foram objeto direto das diversas instâncias repressivas na Argentina e no Chile. Três destas produções são argentinas: a obra de Elizabeth Jelin intitulada *Los Trabajos de la memoria*¹⁸; a obra *Argentina 1976-2006 – entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*¹⁹; e, por último, a obra organizada por Vera Carnovale, Frederico Lorenz e Roberto Pittaluga intitulada *Historia, memoria y fuentes orales*²⁰. De outro lado, duas das produções abordadas são chilenas: a primeira organizada por Raquel Olea e Olga Grau, intitulada *Volver a la memoria*²¹; bem como o trabalho *Encuentros con la memoria*, coordenado por Faride Zerán, Manuel Antonio Garretón, Sergio Campos e Carmen Garretón.²²

Pelo menos uma destas obras foi promovida diretamente por instituições que podem ser denominadas como “empreendedoras da memória” (como denomina Jelin) ou compostas por indivíduos que poderiam ser caracterizados por “profissionais da memória” (como assinala Pollack).²³ *Historia, memoria y fuentes orales* foi um trabalho resultado da iniciativa do CeDInCI (Centro de Documentación e Investigación de la Cultura de Izquierdas en Argentina) e Memoria Abierta. A primeira organização apresenta-se como “un centro de documentación, archivo y biblioteca dedicado a la preservación, conservación, catalogación y difusión de las producciones políticas y culturales de las izquierdas argentinas”, abordando também a memória de outros grupamentos políticos.²⁴ Já Memória Abierta apresenta-se como resultado de uma ação coordenada de “Organizaciones argentinas de Derechos Humanos” cuja função é a de “aumentar el nivel de información y conciencia social sobre el terrorismo de Estado y

para enriquecer la cultura democrática”.²⁵ Duas outras publicações foram resultado de encontros que abordavam especificamente a temática da memória e suas relações com o processo político de “transição democrática”. São estas *Encuentros con la memoria e Volver a la memoria*.

Em comum, todas estas publicações bem como os dois encontros acima referidos foram resultado direta ou indiretamente de financiamentos obtidos junto àquelas instituições citadas por Nicolas Guillot. A publicação *Argentina 1976-2006* recebeu aportes indiretos da Fundação Ford, da mesma forma que a obra *Historia, memoria y fuentes orales*. No caso desta segunda publicação, uma das organizadoras conta o apoio sistemático tanto da Fundação Ford quanto da Fundação Rockefeller enquanto instancias financiadoras de seus trabalhos.²⁶ Já os trabalhos *Encuentros con la memoria e Volver la memoria* receberam apoio respectivamente da Fundação Ford e da Fundação Rockefeller. Por último, a única obra individual abordada aqui, *Los trabajos de la memoria*, contou com a co-produção da Social Science Research Council.

Os vínculos poderiam ser indicados ainda no plano do percurso individual de alguns dos participantes destes eventos e desta literatura. Vera Carnovale, Elizabeth Jelin, Cecília Lesgart e Patricia Funes estão vinculadas ao CONICET, órgão governamental cujo objetivo seria “al avance científico y tecnológico en el país, al desarrollo de la economía nacional y al mejoramiento de la calidad de vida, considerando los lineamientos establecidos por el Gobierno Nacional”. Diversos são os autores aqui considerados que assinalam o interesse dos governos estabelecidos no período pós-ditatorial com a afirmação de políticas de esquecimento profundamente questionadas por organizações de direitos humanos ou da sociedade civil interessadas no esclarecimento e em desvelar o regime anterior. Seriam aqueles que a própria Elizabeth Jelin incluiria como “observadores y actores, preocupados más que nada por la estabilidad de las instituciones democráticas” e que estariam “menos dispuestos a reabrir las experiencias dolorosas de la represión autoritaria”, buscando enfatizar a necessidade “de abocarse a la construcción de un futuro antes que volver a visitar el pasado”.²⁷

Por sua vez, tanto Alejandra Oberti quanto Elizabeth Jelin estão direta ou indiretamente vinculadas ao SSRC. A primeira foi ainda ligada ao CeDInCI bem como coordenadora de *Memoria Abierta*. Já Nelly Richard foi diretora do programa “Posdictadura y transición democrática” no período 1997-2000 financiado pela fundação Rockefeller.²⁸

Diante de tal quadro poderia se conjecturar que as obras apresentariam como ênfase um trabalho mais de esquecimento do que de memória efetivamente. Mas o interessante é que alguns textos destas obras alertam justamente para o mesmo tipo de perigo apresentado por Nicolas Guilhot: o da tentativa de manipulação visando o estabelecimento de um discurso que evitasse a proliferação de memórias que poderiam, no extremo, colaborar para o reaparecimento de projetos políticos articulados em torno de transformações mais profundas. Outro traço presente em parcela expressiva dos textos presentes nestas produções é a indicação dos limites existentes no tipo de democracia vigente, na atualidade, no Chile e na Argentina.

Dois outros artigos presentes nestas obras fazem as mesmas ressalvas elaboradas por Guilhot quanto as tentativas de manipulação para a consolidação de um discurso mais favorável à uma transição pactada pelo esquecimento e pela estabilização econômica e política. O artigo de Gabriel Salazar se dirige, num determinado momento, diretamente a agência financiadora do evento, a Fundação Rockefeller:

“Hay, pues, una disputa por los procesos de recordación. Diversas agencias internacionales (que hoy por hoy dirigen ‘financieiramente’ los procesos de reflexión formal sobre los problemas) y no pocas editoriales están abocadas a investigar, difundir e ‘intervenir’ los procesos sociales de recordación. Saben que éstos tienen importância estratégica para el futuro del modelo neoliberal (...).”²⁹

O mesmo caminho é trilhado por Camen Parot, ainda que restrito ao caso chileno. Para a mesma, um plano da mídia chilena de direita foi colocado em prática para tranquilizar investidores estrangeiros com a campanha Piensa Positivo, dando um tratamento vergonhoso à história chilena.³⁰ O estímulo ao esquecimento visaria a superação de traumas profundos decorrentes de conflitos. Para Elizabeth Lira, aqueles que questionavam a reivindicação das “vítimas” de retornar ao passado temiam que isso pudesse contribuir para uma retomada das próprias hostilidades polarizadas que teriam caracterizado os anos 1960 e 1970. E, neste sentido, solicitavam “el olvido” pois o esquecimento estabeleceria a paz e refrearia as paixões.³¹ Contudo, assinala a autora, esta estratégia apresenta-se com pouca eficácia diante do trauma provocado pelo regime civil-militar comandado por Pinochet.

Ainda que não de forma predominante, a retomada destas perspectivas são identificadas por Cecília Lesgart, e consideradas bem vindas em vez de hostilizadas.

Assinala a autora que, embora não exista uma perspectiva na qual a idéia de democracia seja parecida com aquela presente nos anos 1960 e 1970 - de que seria um mecanismo de dominação burguesa ou instrumento para obter fins mais elevados -, a “construcción simbólica del poder político evoca la recuperación de ideas-fuerza que son leídas en sintonía con algunos planteos de distintas izquierdas de décadas anteriores”.³² Mais adiante, Lesgart refere-se a existência de grupos que focalizam na democracia uma perspectiva de aprofundamento rumo ao socialismo e não somente como um conjunto de procedimentos, enfatizando, neste sentido, o projeto democrático participativo em detrimento da democracia minimalista. Para a autora:

“De esta manera y para esta narrativa, hay un sendero que conduce desde la década del '80 hacia la anterior, y donde replantear la primera sería una de las maneras de reinterpretar la segunda. Así, se critica a la democracia por haberse construido como un único horizonte de expectativas y erigido como punto inaugural de una historia que necesitó postergar indefinidamente – por lo menos en la Argentina – la discusión pública y abierta sobre el destino de los proyectos revolucionarios de la década anterior”.³³

Esta mesma questão é analisada por Nelly Richard, ao fazer uma crítica do culto ao mercado:

“...el mercado se valió de la pulsión de novedad con la que se propaga la excitación neoliberal de lo diverso y de lo cambiante, para que historia y memoria fueran parte de lo que el barrido consumista debía dejar atrás, como remanentes molestos de un mundo ya desaparecido: el mundo explosivo de las luchas populares, de los enfrentamientos ideológicos, de las rebeliones sociales, de la crítica utópica, de la intelectualidad disidente...” (16).

Paralelamente a estas questões observa-se também a existência de um outro tipo de crítica que advêm, de acordo com vários dos autores destas obras, do resgate das memórias sobre o período autoritário. Críticas dirigidas diretamente ao modelo democrático minimalista. Segundo assinala Elizabeth Jelin, revisitar o passado através das memórias daqueles que foram alvo dos regimes autoritários possibilitaria ainda perceber as continuidades entre o passado e o presente, onde o “apego al mercado y a programas políticos de corte neoliberal; la violencia policial (...)”, a limitação aos

direitos civis mais elementares e a discriminação sobre as minorias seriam aspectos que encontrariam continuidade em relação àquele período.³⁴

Este tipo de crítica - que estabelece uma vinculação entre a memória daqueles que foram alvo destes governos, a “implementação do neo-liberalismo” e os projetos políticos democráticos do pós-autoritarismo -, também está presente nas outras obras. Segundo Nissin Sharim Paz, em artigo intitulado “Memória y olvido en la transición política chilena”³⁵, o autor assinala a necessidade de recordação posto que o esquecimento conduz a uma democracia imperfeita, onde o povo não controla os organismos políticos e ocorre a predominância da economia de mercado livre que não atende as necessidades básicas do povo. Tudo isto inviabilizaria os mecanismos criativos. Neste sentido, a ausência de memória favoreceria claramente a preservação da economia de livre mercado. E na apresentação feita na obra *História, memória y fuentes orales*, os responsáveis pela instituição *Memoria Abierta* citam a permanência de danos que ainda estariam presentes nas sociedades atuais, dentre estes, a implementação de um modelo econômico específico e prejudicial, afirmando que a democracia “requiere para su consolidacion de instituciones legítimas y estables de un orden social justo y equilibrado”.³⁶

Esta mesma perspectiva, que relaciona a recuperação de memórias sobre os regimes civil-militares no Chile e na Argentina com a permanência de um modelo econômico supostamente implementado naquele momento é também abordada, mas de maneira diversa, pelos autores das outras obras.

Indicando uma preocupação com os elementos institucionais e formais das democracias implementadas no período pós-autoritário, Quiroga e Tcach afirmam que a democracia significa mais que isso, posto que o bom funcionamento do sistema democrático depende, fundamentalmente, da resolução dos problemas da pobreza e das desigualdades econômicas que “vuelven impracticable una democracia social”.³⁷ Os autores assinalam ainda que uma condição fundamental para a afirmação do modelo democrático, onde primaria a igualdade política, seria o estabelecimento de condições sociais e econômicas mais justas que impeçam influências econômicas tais como o clientelismo. Neste sentido, concluem, o direito político formal não outorgaria automaticamente a cidadania. Esta, segundo Quiroga e Tcach, estaria associada às possibilidades de pleno exercício tanto do direito de voto quanto dos direitos sociais.³⁸

É certo que este processo de intensa disputa entre diversas memórias que buscam por fazer-se hegemônicas, intensamente vinculado ao embate entre projetos

políticos distintos, apresenta alguns problemas. Se por um lado a quase totalidade dos autores aqui referenciados apresentam a necessidade de “lembrar”, de outro as estratégias adotadas para este empreendimento não apresentam a mesma unanimidade. Cito, aqui, algumas críticas apresentadas questionando o desenvolvimento de uma excessiva fragmentação e relativização que a ênfase na memória acabaria por provocar. Ricardo Sidicaro afirma especificamente sobre este aspecto na Argentina que a reconstrução do período do “Proceso”³⁹, baseada em memórias coletivas setoriais, acaba por colaborar para a imposição de obstáculos “epistemológicos a la producción sistemática y fundada de conocimientos”.⁴⁰ Contudo, o autor assinala não ser esta uma característica peculiar da Argentina mas também presente na fase posterior às experiências autoritárias européias.

A perspectiva do autor confronta-se com a de autores como Elizabeth Lira e Sofia Sutil que, por sua vez, indicam a inexistência de uma memória, mas sim de versões de memória que apresentariam validade para seus protagonistas e que devem ser considerados.⁴¹ No mesmo caminho destas autoras vai Garretón, quando afirma que os indivíduos e as sociedades são “lo que se relatan, lo que dicen de si mismas”.⁴²

Um outro aspecto em confronto dentro das diversas análises gira em torno da binarização das memórias. Artigos como o de Sidicaro⁴³, Romero⁴⁴ e mesmo Norma Morandini⁴⁵, assinalam a cumplicidade de setores empresariais com o regime do Proceso. Esta participação acabaria, segundo afirmam, se dissipando na medida em que perspectivas dicotômicas entre democracia e ditadura tomam destaque e afirmam-se, reduzindo a complexidade do embate político daquele contexto mas também colaborando para o “desaparecimento” do papel de continuidade desempenhado por setores do empresariado e mesmo da classe política enquanto atores políticos de destaque presentes tanto no regime autoritário quanto na “transição política”. De outro lado, Lesgart afirma que esta binarização, particularmente no que se refere à idéia de democracia/ditadura, acabava por colocar no mesmo plano tanto o projeto ditatorial quanto o socialista. O que, de igual maneira, seria favorável aos que defendem a democracia formalista.⁴⁶

Considerações finais

A análise das obras assinaladas acima corrobora a perspectiva apresentada por Nicolas Guillot, mas também presente nas preocupações de autores como Gabriel

Salazar e Carmen Parot. Mas tão somente em parte. Existe efetivamente uma preocupação fundamental de organismos financiadores internacionais quanto aos debates sobre a memória dos regimes civil-militares, como bem assevera a presença de financiamentos nas obras abordadas e que congregam vários dos principais pesquisadores sobre o assunto no momento.

Contudo, indica simultaneamente a existência de uma série de questionamentos sobre a democracia atual a partir de uma releitura do passado destes países. A idéia de retomada das utopias orientadoras da ação política das esquerdas nestes dois países, o questionamento quanto a um possível aprofundamento das políticas econômicas de corte liberal articuladas com maior vigor ao longo destes governos, as avaliações negativas quanto aos desdobramentos sociais do aprofundamento da miséria operado neste momento são indicativos de uma postura que articula-se muito mais à perspectiva do projeto de democracia participativa e inclusiva do que ao projeto de democracia formalista ou minimalista. Distancia-se, ainda, por completo, do projeto autoritário.

Não quero indicar aqui a ausência de intenções manipuladoras por parte de determinados grupos políticos interligados independentemente de sua origem nacional. Mas entendo que as questões de vinculação institucional devam ser complexificadas. Observa-se aqui que estas vinculações não estabeleceram, por si só, uma postura de fidelização por parte dos intelectuais que receberam estes recursos. O lugar a partir do qual determinadas “falas” foram proferidas, neste sentido, apesar de sua importância, não devem ser considerados como o único fator importante. Devem ser articulados com outros elementos tais como a própria “fala” bem como, principalmente quanto ao que está sendo discutido aqui, com as trajetórias individuais.

De outro lado, e a complementar estes dados, os elementos contextuais também importam, sejam eles relativos ao âmbito regional, nacional ou mesmo internacional. A título de exemplo, e concernente ao processo de fragmentação na produção de um conhecimento relativo ao período autoritário que está sendo encaminhado pela elaboração de memórias setoriais, tal como assinalado por Sidicaro, é interessante atentar-se para outros processos. Num âmbito mais amplo, segundo Ciro Flamarion Cardoso observa-se o desenvolvimento de certo deslocamento do paradigma “iluminista”, a se efetivar entre 1968 e 1989. Estaria em desenvolvimento, neste momento, uma crítica cada vez maior sobre o racionalismo da história da humanidade que teria levado uma série de intelectuais a buscar no pós-modernismo uma alternativa intelectual. Sobre isso, afirma:

“Alex Callinicos mostrou que, visto de certo ângulo, o pós-modernismo revela-se como resultado da trajetória pessoal de intelectuais que podem ser considerados da ‘geração de 1968’ no decorrer da década de 1970: de portadores de esperanças revolucionárias desiludidas, muitos deles passaram ao abandono da crença na possibilidade de uma transformação social global”.⁴⁷

Tal como Hobsbawm, Flamarion adota uma perspectiva na qual o final dos anos 1960 e a década de 1970 assinalam uma mudança no bojo das crenças das esquerdas marcado pelo desaparecimento quase que completo da idéia de revolução mundial.⁴⁸ Substituindo um conjunto de propostas que até então orientavam as esquerdas observa-se o desenvolvimento de uma perspectiva que enfatiza o indivíduo, o grupo, ou mesmo o popular, desconsiderando as antigas análises marcadas pela centralidade do proletariado.⁴⁹

Outro aspecto contextual, desta vez num plano mais restrito, é indicado por Paolo Montesperelli e Elizabeth Jelin. Estes autores indicam que a “vontade de ouvir” seria o aspecto fundamental a colaborar para a emergência e proliferação excessivas de memórias. Segundo Jelin, é no aparecimento de uma geração distanciada dos acontecimentos dos anos 1960 e 1970 mas profundamente desejosa de conhecer mais sobre o seu passado, que residiria a chave para esta nova valorização da memória.⁵⁰ O distanciamento cronológico, neste caso, apresenta-se também importante para possibilitar o desenvolvimento do próprio testemunho. Portanto, capacidade de testemunhar e desejo de conhecer são aspectos centrais neste contexto. A autora não desconsidera por completo o trabalho dos empreendedores de memória, concepção a partir da qual poderíamos pensar o papel desempenhado pelas instituições citadas por Guilhot, mas afirma que não basta o papel e vontade destes. Importa o contexto em que o testemunho se efetiva pois “ningum texto puede ser interpretado fuera de su contexto de produccion y de su recepción”⁵¹

Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985)”. **In:** MARTINHO, Francisco C. Palomanes (org.) *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006.

BORON, Atílio. *Estado Capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994, p. 8 a 10.

CARDOSO, “História e Paradigmas Rivais”. **In:** CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

GARRETÓN, Manuel A e GUGLIANO, Alfredo Alejandro (orgs.) *Democracia en las Américas: desafíos, peligros, expectativas para el siglo XXI*. Pelotas, Educat, 2003.

GUILHOT, Nicolas. “Os profissionais da democracia em ação”. **In:** WACQUANT, Loic (orgs.) *Repensar os Estados Unidos – Por uma sociologia do Superpoder*. São Paulo, Papirus, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madrid, Sigro Veintiuno de ESapaña Editores; Buenos Aires, Siglo Veiniuno de Argentina Editores, 2001.

LODOLA, Germán. “Neopopulismo e compensações aos perdedores da mudança econômica na América Latina”. **In:** *Cadernos Adenauer – Neopopulismo na América Latina*. Ano V, 2004, v. 02.

MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003

MONTESPERELLI, Paolo. *Sociologia de la memória*. Buenos Aires, Nueva Vision, 2004.

OLEA, Raquel Y GRAU, Olga (COMP.) *Volver a la memoria*. Santiago, LOM/La Morada, 2001.

PASTORE, Maria Norma. “De la encrucijada delegativa hacia el dilema de la calidad democrática” **In:** GARRETÓN, Manuel A e GUGLIANO, Alfredo Alejandro (orgs.) *Democracia en las Américas: desafíos, peligros, expectativas para el siglo XXI*. Pelotas, Educat, 2003.

POLLACK, Michel. POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento e silêncio”. **In:** *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989.

_____ . “Memória, Esquecimento, Silêncio”. **In:** *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989.

REIS, Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. **In:** REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004.

RIDENTI, Marcelo. “Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores”. **In:** REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo & SÁ

MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004.

ROBIN, Régine. *Le roman mémoriel: de l’histoire a l’écriture du hos-lieu*. Cap. II Montreal: Lê Préambule, 1989. Traduzido por Rachel Soihet, Rosana Márcia A Soares e Suely Gomes Costa. Paper.

SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas – la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones Byblos, 2005.

TCACH, César y QUIROGA, Hugo. *Argentina 1976-2006: Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosário, Homo Sapiens Ediciones, 2006.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. “Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil”. **In:** FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

Vera Carnovale, Frederico Lorenz e Roberto Pittaluga intitulada *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: DeDInCI Ediciones, 2006.

ZERÁN, Faride; GARRETÓN, Manuel A.; CAMPOS, Sergio; GARRETÓN, Carmen (Editores). *Encuentros con la memoria – archivos y debates de memoria y futuro*. Santiago, LOM Ediciones, 2004.

ZERMEÑO ,Sergio. “El Regreso del Líder”. **In:** MACKINNON, Maria M. E PETRONE, Mario A.. (orgs.). *Populismo y neopopulismo en América Latina – el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires, Eudeba, 1999.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense e Professor Visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

² ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “A ditadura militar em tempo de transição (1974-1985)”. **In:** MARTINHO, Francisco C. Palomanes (org.) *Democracia e Ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro, EDUERJ, 2006, pp 155 e 160. Ver também: SANTUCHO, Julio. *Los últimos guevaristas – la guerrilla marxista en la Argentina*. Buenos Aires, Ediciones Byblos, 2005, p. 238 e seguintes.

³ DAGNINO, OLVERA e PANFICHI. “Para uma outra leitura da disputa pela construção democrática na América Latina”. **In:** DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 2003, p 29.

- ⁴ TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. "Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano – o tempo da ditadura*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 261 e 262. Também apresentam esta perspectiva: RIDENTI, Marcelo. "Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores". In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.). *O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)*. Bauru, EDUSC, 2004, p. 58; e, REIS, Daniel Aarão. "Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória". In: REIS, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto (orgs.), op. cit., p. 50.
- ⁵ SANTUCHO, op. cit. p. 226.
- ⁶ BORON, Atilio. *Estado Capitalismo e democracia na América Latina*. São Paulo, Paz e Terra, 1994, p. 8 a 10.
- ⁷ DAGNINO, OLVERA e PANFICHI, op. cit., 54.
- ⁸ Idem, p. 48.
- ⁹ Idem, p. 53
- ¹⁰ BORON, op. cit. p. 8. Segundo o autor as bases da concepção clássica de democracia caracteriza-se pela existência de regras certas para resultados incertos que possibilitariam a afirmação de uma "boa sociedade".
- ¹¹ ZERMEÑO ,Sergio. "El Regreso del Líder". In: MACKINNON, Maria M. E PETRONE, Mario A.. (orgs.). *Populismo y neopopulismo en América Latina – el problema de la Cenicienta*. Buenos Aires, Eudeba, 1999, p. 371.
- ¹² OKUNEVA, Ludmila. "Democracia em América Latina: particularidades y contradicciones". In: GARRETÓN, Manuel A e GUGLIANO, Alfredo Alejandro (orgs.) *Democracia en las Américas: desafíos, peligros, expectativas para el siglo XXI*. Pelotas, Educat, 2003, p. 55. Autores que apresentam este tipo de análise são: BORÓN, op. cit., p. 37 e seguintes; PASTORE, Maria Norma. "De la encrucijada delegativa hacia el dilema de la calidad democrática" In: GARRETÓN y GUGLIANO, op. cit., p. 65 e seguintes.; e, ainda, LODOLA, Germán. "Neopopulismo e compensações aos perdedores da mudança econômica na América Latina". In: *Cadernos Adenauer – Neopopulismo na América Latina*. Ano V, 2004, v. 02.
- ¹³ GUILHOT, Nicolas. "Os profissionais da democracia em ação". In: WACQUANT, Loic (orgs.) *Repensar os Estados Unidos – Por uma sociologia do Superpoder*. São Paulo, Papirus, 2003, p. 213.
- ¹⁴ Idem, p. 216.
- ¹⁵ Idem, p. 225.
- ¹⁶ Idem, p. 226
- ¹⁷ POLLACK, Michel. POLLACK, Michael. "Memória, esquecimento e silêncio". In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p. 7. Segundo Pollack, O enquadramento se dirige "não apenas às capacidades cognitivas, capta as emoções" e colabora profundamente para que determinadas perspectivas de mundo se propaguem com maior intensidade.
- ¹⁸ JELIN, Elizabeth. *Los Trabajos de la memoria*. Madri, Siglo Veintiuno; Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 2001
- ¹⁹ TCACH, César y QUIROGA, Hugo. *Argentina 1976-2006: Entre la sombra de la dictadura y el futuro de la democracia*. Rosário, Homo Sapiens Ediciones, 2006.
- ²⁰ CARNOVALE, Vera; LORENZ, Frederico e PITTALUGA, Roberto. *Historia, memoria y fuentes orales*. Buenos Aires: DeDInCI Ediciones, 2006.
- ²¹ OLEA, Raquel Olea y GRAU, Olga (COMP.) *Volver a la memoria*. Santiago, LOM/La Morada, 2001
- ²² ZERÁN, Faride; GARRETÓN, Manuel Antonio; CAMPOS, Sergio e GARRETÓN, Carmen. *Encuentros con la memoria. – archivos y debates de memoria y futuro*. Santiago, LOM Ediciones, 2004.
- ²³ JELIN, op. cit., pp 48 e 49. POLLACK, Michael. _____. "Memória, Esquecimento, Silêncio". In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº 3, 1989, p. 3-15
- ²⁴ <http://www.cedinci.org>
- ²⁵ <http://www.memoriaabierta.org.ar>
- ²⁶ vide http://www.memoriaabierta.org.ar/quienes_nos_apoyan.php
- ²⁷ JELIN, op. cit., pp. 4 e 5.
- ²⁸ Todas informações obtidas diretamente nas obras abordadas
- ²⁹ Salazar. In: *Volver la memoria*, op. cit., p. 62.

-
- ³⁰ PAROT, Carmen Luz. "Imágenes para la memoria de Chile". In: ZERÁN, GARRETÓN, CAMPOS e Camen GARRETÓN, op. cit., p. 63.
- ³¹ LIRA, Elizabeth. "Memoria y olvido". In: *Volver a la memoria*, op. cit., p. 58 e 59.
- ³² LESGART, Cecilia. "Luchas por los sentidos del pasado y el presente". In: QUIROGA, Hugo e TCACH, César. *Argentina 1976-2006*, op. cit., p. 173.
- ³³ LESGART, op. cit., p. 171.
- ³⁴ JELIN, p. 4. A autora parte do princípio, compartilhado por diversos analistas do período, de que o momento dos regimes civil-militares teria sido o de implementação do liberalismo econômico visando atender aos interesses norte-americanos.
- ³⁵ PAZ, Nissim Sharim. "Memória y olvido en la transición política chilena". *Encuentros con la memoria*, op. cit., pp 88 e 89.
- ³⁶ Op. cit., p. 12 e 14. Dentre outros, o artigo de Gonzalo Vial também enfoca esta questão. VIAL, Gonzalo. "Cambios en treinta años". In: Zerán; Garretón, Campos e Garretón, op. cit., p. 130.
- ³⁷ QUIROGA, Hugo y TCACH, César. "Prólogo. A treinta años del golpe". In: QUIROGA, Hugo y TCACH, César. *Argentina...*, op. cit., p. 12. Esta vinculação é, inclusive, abordada pelos autores que assinalam o risco que a desigualdade social pode provocar ao colaborar para a afirmação do projeto autoritário.
- ³⁸ Idem, p. 93.
- ³⁹ Denominação dada pelos grupos que derrubaram o governo de Isabelita Perón na Argentina, em 1976, ao período em que estiveram no poder.
- ⁴⁰ SIDICARO, Ricardo. "Sobre algunas consecuencias políticas de la dictadura militar 1976-1983". In: QUIROGA, Hugo e TCACH, César. *Argentina 1976-2006*, op. cit., p. 32.
- ⁴¹ SUTIL, Sofia Correa. "Vivir con memoria". In: ZERÁN, GARRETÓN, CAMPOS e Camen GARRETÓN, op. cit., p. 59.
- ⁴² GARRETÓN, Manuel Antonio. "¿Qué recordar y para qué recordar? In: ZERÁN, GARRETÓN, CAMPOS e Camen GARRETÓN, op. cit., p.35.
- ⁴³ Op. cit., p. 33.
- ⁴⁴ ROMERO, Luis Alberto. "La democracia y la sombra del Proceso". In: QUIROGA, Hugo e TCACH, César. *Argentina 1976-2006*, op. cit., pp. 23 e 24.
- ⁴⁵ MORANDINI, Norma. "La oscuridad como marca". In: QUIROGA, Hugo e TCACH, César. *Argentina 1976-2006*, op. cit., p. 51.
- ⁴⁶ LESGART, op. cit., p. 188.
- ⁴⁷ CARDOSO, Ciro Flamarion. "História e Paradigmas Rivals". In: CARDOSO, Ciro F. e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História – ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1997, p. 10 e seguintes.
- ⁴⁸ HOBBSBAWM, Eric. *A era dos Extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995, p 435
- ⁴⁹ MARTIN-BARBERO, Jesús. *Dos medios às mediações – comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2003, p. 296.
- ⁵⁰ JELIN, op. cit., p. 84
- ⁵¹ Idem, p. 91.